



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processo nº 23443.003479/2019-41

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 08/2019, QUE FAZEM ENTRE SI O
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS E A EMPRESA, CLARO
S.A., CONFORME AO QUE CONSTAM NA LEI Nº 8.666,
DE 21 DE JUNHO DE 1993, DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE
JULHO DE 2002, DO DECRETO Nº 2.271, DE 7 DE
JULHO DE 1997 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº
4/2014/SLTI/MPDG"**

A União, por intermédio do **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM**, com sede na Rua Ferreira Pena, nº 1109 Centro, na cidade de Manaus /AM, inscrito no CNPJ sob o nº 10.792.928/0001-00, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Planejamento e Administração, em exercício, o senhor **GEAN MAX ANGELIM DE LIMA**, nomeado pela Portaria nº 1.500/GR/IFAM, de 08 de julho de 2019, inscrito(a) no CPF nº 832.619.662-20, portador(a) da Carteira de Identidade nº 174139-3 SSP/AM e o que prevê o Art. 1º, Inciso X da Portaria nº 909/GR/IFAM de 25/04/2019, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **CLARO S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.432.544/0001-47, sediada na Rua Henri Dunant nº 780 Torres A e B Santo Amaro, em São Paulo – SP doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. Ana Caroline de Souza Ramos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1607272-3, expedida pela SSP/AM, e CPF nº 523.373.752-34, tendo em vista o que consta no Processo nº 23443.003479/2019-41 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e da Instrução Normativa nº 4/2014/SLTI/MPDG, Instrução Normativa nº 3/2018/SG/MPDG e I.N. nº 01/2010/SLTI/MPDG, de 19 de janeiro de 2010, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 03/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional Intra-Regional, Longa Distância Nacional Inter-Regional e Longa Distância Internacional e, por meio de acessos digitais bidirecionais (Feixe E1 - 2MB) nas formas fixo-fixo e fixo- móvel, com acesso digital para serviços de DDR (Discagem Direta a Ramal), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação: Contratação DE empresa especializada em telecomunicações para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional Intra-Regional, Longa Distância Nacional Inter-Regional e Longa Distância Internacional e, por meio de acessos digitais bidirecionais (Feixe E1 - 2MB) nas formas fixo-fixo

R. Flom



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ – REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

e fixo- móvel, com acesso digital para serviços de DDR (Discagem Direta a Ramal), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

1.3. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, ou seja de 12 meses com início na data de 22 / 07 / 19 e encerramento em 22 / 07 / 20, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

1.3.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.3.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

1.3.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

1.3.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

1.3.6. Seja comprovada de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

1.3.7. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

2.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 999,16 (Novecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos), perfazendo o valor total de R\$ 11.989,95 (Onze mil novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade da Uasg: 26403/158142

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 108860

Elemento de Despesa: 339039.58

PI: L20RLP0199N

NE: 2019NE800280

R. Giron



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ – REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

4. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e as condições ao que dispõe a Instrução Normativa nº 4/2014/SLTI/MPDG

5. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

5.1. O preço consignado no contrato poderá ser corrigido, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta.

5.2. Os preços propostos e aceitos serão fixos e irrevogáveis, ressalvada a hipótese de revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme definido pelo art.65, II, d, da Lei n. 8.666/93, hipótese na qual a CONTRATADA deverá requerer fundamentadamente a revisão, demonstrando cabalmente a ocorrência de uma das situações legais.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 599,49 (Quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), na modalidade de , no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CR Juan



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ – REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Handwritten signature: R. Geron



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Manaus Amazonas - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Manaus-AM, 22 de JULHO de 2019

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- GILBERTO F. EVERSON JR

2-

Ana Caroline de Souza Ramos
Gerente de Contas
Matricula 131638
CLARO/EMBRATEL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

TERMO DE CONTRATO Nº 84/2019 - CGCC/REIT (11.01.01.05.21.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 12 de Agosto de 2019

Contrato_08.2019_-_Assinado.pdf

Total de páginas do documento original: 5

(Assinado digitalmente em 12/08/2019 10:40)
GILBERTO FERNANDES EVERTON JUNIOR
COORDENADOR
1849215

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **84**, ano: **2019**, tipo: **TERMO DE CONTRATO**, data de emissão: **12/08/2019**
e o código de verificação: **cc2b2a0352**